

AGROECOLOGIA E CIDADES

Saberes ancestrais em movimento

AGROECOLOGY AND CITIES
Ancestral knowledge in motion

**Renata Michelin Cocco¹, André Augusto Araújo Oliveira²,
Maria Sylvia Baptista Serra³ e Tomás Antonio Moreira⁴**

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre os efeitos da colonialidade do saber nas práticas de planejamento urbano e defende a ecologia de saberes como espaço de conflito e confluência para pensar a cidade de maneira mais justa e plural. Ao reconhecer a invisibilização das epistemologias ancestrais, reivindica-se o diálogo entre saberes tradicionais e científicos como fundamento para a construção de novas formas de existência urbana. Assim, destaca-se a agroecologia como expressão concreta da ecologia de saberes ao articular princípios socioambientais de adaptação ao Antropoceno. A análise é fundamentada pelos autores Boaventura de Sousa Santos, Nego Bispo e Ailton Krenak em diálogo com pilares da agroecologia, como Bill Mollison, David Holmgren e Ana Maria Primavesi. A partir deste entrelaçamento, defende-se a construção ecológica de pontes do saber como exercício ético, político e epistemológico, orientado à criação de paisagens urbanas integradas à natureza e modos de reexistência humana e não-humana.

Palavras-chave: ecologia de saberes; epistemologias ancestrais; agroecologia urbana; planejamento decolonial.

Abstract

This article proposes a critical reflection on the effects of the coloniality of knowledge on urban planning practices and defends the ecology of knowledge as a space of conflict and confluence to think about the city in a more just and plural way. By recognizing the invisibility of ancestral epistemologies, the dialogue between traditional and scientific knowledge is called for as a basis for the construction of new forms of urban existence. Thus, agroecology stands out as a concrete expression of the ecology of knowledge with the articulated socio-environmental principles of adaptation to the Anthropocene. The analysis is based on authors Boaventura de Sousa Santos, Nego Bispo and Ailton Krenak in dialogue with pillars of agroecology such as Bill Mollison, David Holmgren and Ana Maria Primavesi. Based on this intertwining, the article defends an ecological construction of bridges of knowledge as an ethical, political and epistemological exercise, oriented towards the creation of urban landscapes integrated with nature and with the modes of human and non-human re-existence.

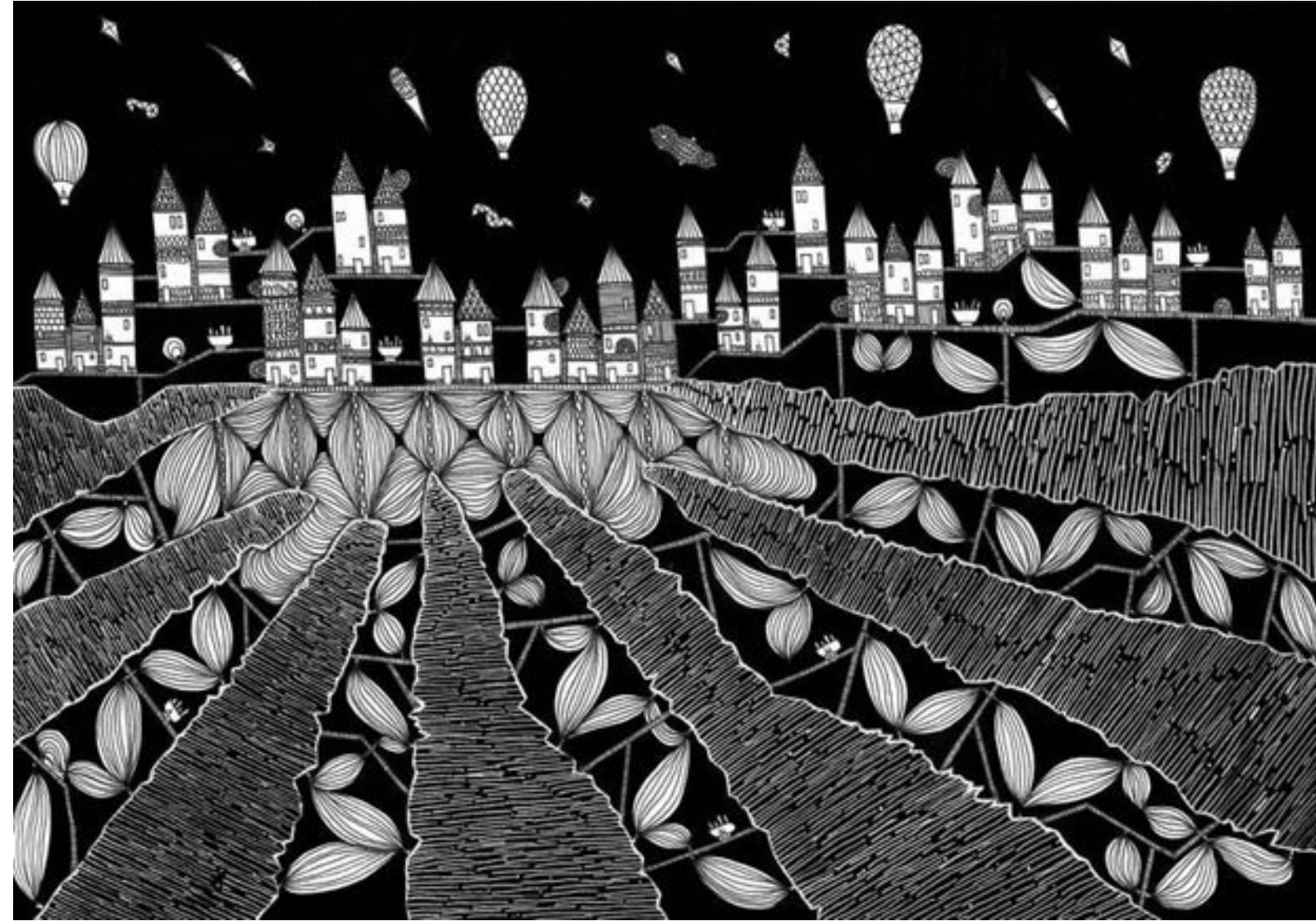
Keywords: ecology of knowledge; ancestral epistemologies; urban agroecology; decolonial planning.

1 Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP), Mestre em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (UFSP/2020), Arquiteta e Urbanista (UFSP/2018).

2 Doutorando em Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP), Mestre em Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSal/2022), Assistente Social (UCSal/2018).

3 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP), Arquiteta e Urbanista (IAU-USP/2023)

4 Professor Associado - Livre-docente do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP), PhD em Estudos Urbanos (Université du Québec à Montréal/2006), Mestre em Ciências Aplicadas - Habitat & Desenvolvimento (Université Catholique de Louvain/1996), Arquiteto e Urbanista (PUC Campinas/1988).



Introdução

Das cidades imaginárias de Ítalo Calvino (1990) emergem paisagens sensíveis, repletas de metáforas que ressoam nos territórios urbanos do presente. No seu livro *As cidades invisíveis*, o autor convida o leitor a perceber a cidade como lugar de afetos, memórias, ausências e desejos. Em especial, no capítulo *As cidades e o desejo*, são descritas urbes marcadas pela escassez de água, de vida e de biodiversidade, refletindo um cenário de degradação ambiental e colapso existencial (Figura 1). Em contrapartida, em *As cidades e as trocas* revelam-se espaços plurais, onde a diversidade de modos de vida e de relações interpessoais conforma um ecossistema urbano potente e vivo. Essas imagens ficcionais não se distanciam da realidade: são alegorias que espelham a complexidade das cidades latino-americanas contemporâneas, tensionadas entre o colapso e a reinvenção (Calvino, 1990).

Inspirada na obra de Calvino, a arquiteta paisagista Anne Spirn (1995) propõe, em sua obra *O Jardim de Granito*, uma leitura prospectiva das cidades possíveis. No capítulo *Visões do futuro*, ela descreve dois arquétipos urbanos: a cidade infernal e a cidade celestial. A primeira é assolada por eventos climáticos extremos, como ondas de calor intensas e escassez hídrica, bem como marcada pela perda da biodiversidade e pelo aumento do custo de vida nas zonas urbanas. Já a cidade celestial, longe de representar uma utopia inatingível, é desenhada como possibilidade real e exequível, ancorada em práticas sustentáveis, no respeito à natureza e na integração entre vida urbana e rural.

A cidade celestial de Spirn (1995) revela uma paisagem em camadas, onde telhados, quintais e praças são tomados por jardins que captam água, produzem alimento e cultivam a diversidade estética e sensorial. Segunda esta visão da autora:

Figura 1 – *As Cidades e o Desejo*, texto de Ítalo Calvino e ilustração de Karina Puente. Uma cidade que em sua superfície parece feliz e completa, mas que esconde em seu subsolo a mineração e os tensionamentos de seus desejos. Fonte: AD Editorial Team, 2020.

A natureza é evidente e cultivada em todos os lugares na cidade. Cada residência e quase todos os lugares de trabalho têm um jardim, seja no teto, no terraço ou no nível do chão (...) Os jardins são notoriamente produtivos e tão diversos quanto seus cultivadores (Spirn, 1995, p. 295).

Diante das crises climáticas, sociais e espirituais que atravessam o tempo presente, urge refletir sobre o modelo de cidade que estamos construindo e se ainda há tempo de transformar a cidade infernal que nos cerca em uma paisagem regenerativa, afetiva e coletiva. Para isso, é necessário reconfigurar o modo como conhecemos e produzimos os espaços urbanos. Nesse horizonte, a ecologia dos saberes emerge como uma possibilidade crítica, insurgente e criadora. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2019), a ecologia dos saberes constitui uma ruptura com o epistemicídio moderno-colonial, ao reconhecer a validade e a interdependência de diferentes formas de conhecimento, sejam elas científicas, populares, espirituais ou ancestrais. Trata-se de um movimento epistemológico que desafia o monopólio da racionalidade ocidental e propõe o diálogo entre saberes como condição para a construção de uma sociedade mais justa, diversa e ecologicamente integrada.

Esse paradigma encontra eco nos pensamentos de autores como Ailton Krenak (2022), que reivindica um futuro ancestral ancorado na reconexão com a terra e nos ensinamentos dos povos originários. Para Krenak, é preciso desacelerar o modelo civilizatório moderno, que dissocia humanidade e natureza, e cultivar modos de vida que respeitem a interdependência entre todos os seres vivos do planeta.

De maneira complementar, Antônio Bispo dos Santos, o Nego Bispo, contribui ao popularizar o conceito de *confluências*, apontando que os diálogos entre saberes se dão tanto pelo que nos une quanto pelo que nos separa (Santos, 2023; 2015). Ao defender os saberes orgânicos enraizados na agroecologia, no manejo agroflorestal e na espiritualidade, Bispo propõe um modelo de envolvimento biointerativo, que transcende a dicotomia entre técnica e cultura e propõe uma leitura cosmológica da paisagem.

Nesse contexto, a agroecologia urbana se inscreve como uma expressão prática da ecologia dos saberes. Para além da segurança alimentar, ela se consolida como uma tecnologia social regenerativa, promotora de saúde, pertencimento e reconexão com os ciclos da terra. Ana Maria Primavesi (2021), pioneira da agroecologia no Brasil, defende que solos vivos são a base da vida e do bem-estar coletivo. A degradação do solo, portanto, não é apenas um problema técnico, mas também espiritual e civilizatório.

Da mesma forma, os conceitos de permacultura desenvolvidos por Bill Mollison e David Holmgren (1981) propõem uma abordagem holística da paisagem, integrando práticas agrícolas sustentáveis com políticas públicas, justiça social e valorização das tradições culturais e agrícolas dos povos. Esse olhar holístico é indispensável para enfrentar os desafios urbanos e territoriais impostos pela crise climática e pelo avanço da urbanização excludente e predatória (Mollison; Slay, 1998).

Metodologicamente, este artigo ancora-se em revisão bibliográfica com aporte teórico interdisciplinar, mobilizando autores que representam diferentes campos e cosmologias, da sociologia à agroecologia, da filosofia indígena ao urbanismo e à paisagem. O objetivo é refletir sobre a ecologia de saberes como possibilidade crítica de reinvenção dos processos de planejamento urbano, especialmente no contexto das cidades latino-americanas marcadas por desigualdades socioambientais profundas. A proposta é construir pontes entre os saberes ancestrais, científicos e populares,

entendendo-os como fundamentos possíveis para a reconfiguração das paisagens urbanas em direção a territórios mais justos, plurais e interdependentes.

Neste sentido, a pergunta que orienta esta investigação é: a ecologia dos saberes pode se constituir como horizonte teórico e prático para repensar o planejamento urbano em tempos de colapso climático e de crise civilizatória? Ao buscar essa resposta, o artigo assume como hipótese que apenas através da escuta ativa, do respeito às epistemologias plurais e da valorização dos saberes ancestrais, será possível reinventar a cidade como espaço de confluência entre o humano, o não-humano e o mais-que-humano.

Saberes em conflito e confluência: por uma epistemologia do encontro

A história da produção do conhecimento no Ocidente está profundamente atravessada por hierarquias que impuseram à racionalidade eurocêntrica um trono universal, decretando como inferiores ou inexistentes as demais formas de saber. O projeto colonial, ao instaurar um regime de dominação epistêmica, não apenas apagou cosmovisões inteiras, mas também silenciou vozes, interditou memórias e desautorizou experiências que não se alinhavam aos critérios da ciência moderna (Quijano, 2005). Assim, formou-se um abismo entre os chamados *saberes científicos* e os saberes forjados nas vivências populares, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e camponesas. Como adverte Sousa Santos (2007, p. 46), “não há justiça social global sem justiça cognitiva global”. A exclusão do saber é, portanto, um dos dispositivos mais sofisticados da desigualdade.

É nesse contexto que a ecologia dos saberes se ergue como gesto de insubordinação epistemológica. Longe de inverter hierarquias para criar novas dominações, ela propõe o reconhecimento da pluralidade de modos de conhecer, situando o saber acadêmico como apenas um entre muitos. Sousa Santos ainda afirma que a ecologia dos saberes “não pressupõe a existência de um conhecimento universal, mas sim de conhecimentos localizados, contextuais e plurais” (Sousa Santos, 2010, p. 31). Trata-se de uma convocação ao diálogo entre saberes distintos, à construção de uma nova gramática do conhecimento, baseada na escuta ativa e no reconhecimento mútuo.

Contudo, esse encontro não se dá em paz, nem se sustenta na harmonia romântica. Saberes, quando se tocam, também se enfrentam. Há conflito e há confluência, porque o que está em jogo não são apenas narrativas, mas sentidos de mundo. Como nos ensinou Santos (2023), a modernidade capitalista instaurou um regime de morte que colonizou o tempo, a terra e os corpos. Descolonizar os saberes, portanto, não é apenas um gesto de justiça epistêmica, mas uma ação vital para recompor territórios e reencantar a vida. “Não se trata de resgatar a ancestralidade como um passado morto, mas de reencontrar a memória como potência viva” (Santos, 2015, p. 23).

Essa potência se expressa por meio de práticas que escapam ao império da escrita e da linearidade: oralidades que dançam, silêncios que ensinam, corpos que narram, cantos que curam, sonhos que orientam. A ecologia dos saberes se ancora em territórios múltiplos, em que o ser humano é também natureza, e onde a terra e o corpo são livros vivos. Como afirma Saquet, “o conhecimento territorial não se encerra na técnica, mas se enraíza na experiência vivida, nos afetos e na comunhão com o lugar” (Saquet, 2019, p. 88).

A verdadeira força da ecologia dos saberes reside na capacidade de operar uma epistemologia dos encontros - encontros que não suprimem diferenças, mas que criam pontes entre racionalidades. É nesse caminho que a fala de Joelson Ferreira, líder quilombola, ressoa com a tradução política de Milton Santos: “temos que procurar se afastar das pequenas coisas que nos separam e se juntar nas grandes coisas que nos unificam” (Ferreira, 2022, p. 52). A justiça cognitiva, portanto, é também um pacto coletivo pela dignidade de todos os saberes.

Mas não há epistemologia do encontro possível sem o enfrentamento direto aos dispositivos de silenciamento que ainda persistem nas instituições de ensino, pesquisa e formulação de políticas públicas. A universidade, muitas vezes, segue aprisionada à lógica da razão instrumental, reproduzindo a ficção da neutralidade científica e perpetuando um *apartheid* epistêmico. Bispo propunha, em resposta, a criação de uma *universidade dos encantados*, onde os saberes da mata, do quilombo e do terreiro não sejam meros objetos de estudo, mas fundamento e método (Santos, 2015).

Logo, a tensão entre conflito e confluência se intensifica quando os saberes populares e tradicionais são extraídos de seus territórios para serem tratados como insumo acadêmico. A epistemologia dos encontros exige ética radical. Supõe reciprocidade, responsabilidade compartilhada, vínculo. Não há espaço para extrativismo epistêmico. Como adverte Saquet, “o conhecimento não pode ser arrancado do território sem o risco de mutilá-lo. Ele só floresce no vínculo, no pertencimento, na convivência” (Saquet, 2019, p. 102). Essa convivência, no entanto, não é sinônimo de conciliação passiva. Ao contrário, ela é marcada pelo dissenso fecundo, pelo confronto criativo. É no embate entre saberes que se abre a possibilidade de transformação. O conflito é a energia vital que impede a domesticação das epistemologias insurgentes. A ecologia dos saberes, por isso, não busca uma síntese totalizante, mas aposta na coexistência radical.

Neste sentido, os saberes ancestrais guardam mais do que memória: são tecnologias sociais de resistência, territórios de cura, celebração e cuidado. São epistemologias que germinam no batuque, no rezo, na partilha, na dança e na terra. Como diz Nego Bispo, “são filhos da terra que recusam o exílio da alma” (Santos, 2015, p. 67). Quando esses saberes se aproximam da ciência ocidental, há possibilidade de transbordamento, mas apenas se o encontro for respeitoso com os ritmos, as linguagens e as cosmologias de cada um.

Diante das múltiplas crises que atravessam o nosso tempo - ecológicas, espirituais, políticas e sociais - retornar aos saberes do corpo e da terra é um gesto de reexistência. A ecologia dos saberes nos convoca a recompor alianças entre humanos e não humanos, entre o visível e o invisível, entre os legados do passado e os sonhos do porvir. Mais que dialogar, é preciso desaprender para reaprender; desocupar o trono da razão única e trilhar outras cartografias do saber (Ferreira; Felício, 2021).

Nesse horizonte de reconstrução epistemológica, a ecologia dos saberes não se consolida apenas como crítica ao eurocentrismo, mas como gesto político, ético e existencial de enraizamento nos territórios, nos corpos e nas memórias. Como afirma Santos (2015, p. 34), “a sabedoria está no modo de viver, não na informação que se acumula”. Mais do que acumular conteúdos, trata-se de reinventar a maneira como nos relacionamos com o conhecimento, com a natureza e com o outro.

Portanto, a epistemologia dos encontros se concretiza na luta cotidiana dos povos quilombolas, indígenas, ribeirinhos e periféricos que, apesar das violências históricas que os atravessam, seguem inventando mundos possíveis a partir de seus modos de viver-outros. Como propõe Saquet (2019, p. 215), é preciso assumir um “pluralismo territorial e cultural como base de um projeto civilizatório alternativo”. Na obra intitulada



“O Antropólogo moderno já nasceu antigo”, o artista Denilson Baniwa (2019) faz um chamado a um processo de inversão na antropologia, a uma *antropofagia* ao reverso do sujeito ocidental.

Diante da urgência civilizatória que nos interpela, entre colapsos ambientais, necropolíticas e epistemicídios, torna-se evidente que a transformação não brotará do topo, nem apenas dos centros de pesquisa. A virada epistemológica virá dos encontros insurgentes, dos mutirões de saberes, das cozinhas que curam, das danças que narram, das escutas que acolhem (Ferreira; Felício, 2021). Resta, então, uma pergunta que nos atravessa com a força de um tambor: estamos verdadeiramente dispostos a compartilhar o poder de dizer o que é saber? E mais: que alianças estamos prontos para tecer para que o conhecimento se transforme em território comum de dignidade, reciprocidade e reconstrução do mundo?

Agroecologia e cidades: saberes ancestrais em movimento

A partir de uma influência colonizadora e ocidentalizada do desenho de paisagens, cultivar a terra na cidade culturalmente deixou de fazer parte da vida da maioria das pessoas e tem se constituído atualmente como um movimento de práticas insurgentes dentro do urbanismo (Moassab; Name, 2020; Haeg, 2013). No campo de projeto em Arquitetura e Urbanismo, ao abordarem um ensino crítico e emancipatório de paisagem, Moassab e Name (2020) propõem que também é tarefa do ensino de Paisagismo, a investigação de diferentes realidades de urbanismo que fogem das “paisagens-tipo”, como os espaços de agroecologia, agricultura familiar e infraestruturas verdes.

Como representantes de um olhar mais contemporâneo e decolonial sobre as paisagens urbanas latinoamericanas, as práticas agroecológicas buscam ao mesmo

Figura 2 – “O Antropólogo moderno já nasceu antigo”, obra de Denilson Baniwa. Fonte: Baniwa, 2019.

tempo, retomar os saberes e modos de vida ancestrais, ativar os vínculos coletivos/comunitários e desenvolver perspectivas cada vez mais ecológicas de planejamento paisagístico (Cardim, 2022). Nesse sentido, conceitualmente pelo viés da agroecologia, a terra urbana deixa de ser vista como mercadoria e passa a ser entendida como uma paisagem comunal (Escobar, 2016). Assim, a ecologia de saberes entre ancestralidades, ambientalismo e políticas públicas pode se revelar espacialmente em diferentes camadas da cidade: desde uma horta comunitária que passa a ser uma ferramenta socioambiental de soberania alimentar, até um jardim filtrante com plantas do bioma local que aumenta a permeabilidade do solo, valoriza a estética da paisagem e ainda atrai a fauna silvestre.

Contexto histórico

Historicamente a produção de alimentos em jardins e quintais urbanos como expressão de um paisagismo produtivo e comestível perdeu espaço a partir do século XVI na Inglaterra com o advento dos amplos jardins gramados e muito bem domesticados. Nesse período, a agricultura urbana passou a ser associada à servilidade e à condição inferior das classes populares, sendo repudiada pelas elites e substituída por uma paisagem verde ornamental. A produção alimentar foi, então pouco a pouco relegada ao meio rural, consolidando-se como atividade camponesa. Esse deslocamento não foi neutro: instaurou uma cultura paisagística ocidental que privilegia, até hoje, a estética monofuncional em detrimento da funcionalidade ecológica e produtiva dos espaços (Haeg, 2013).

Nas Américas, essas monoculturas alimentares e estéticas buscaram substituir os sistemas agroflorestais diversos e sustentáveis desenvolvidos pelos povos originários. Na América pré-colombiana, a relação com a terra era sagrada. As lavouras em degraus dos Andes e os sofisticados sistemas de irrigação em áreas semiáridas, como lembra Galeano (2010), foram erguidos por civilizações que desconheciam o ferro ou a roda, mas dominavam profundamente os saberes do ambiente que habitavam. Para os povos indígenas, todos os elementos da natureza - rios, montanhas, animais, plantas - compartilham da mesma condição de vida e merecem igual respeito.

Os saberes ancestrais, transmitidos oralmente por gerações, hoje se entrelaçam com saberes científicos contemporâneos por meio de campos como a agroecologia, permacultura, agricultura sintrópica e sistemas agroflorestais. Segundo Nego Bispo (2023), a relação biointerativa dos povos tradicionais com a natureza transcende o conceito moderno de sustentabilidade. Trata-se de uma espiritualidade que se traduz em um modelo de envolvimento profundo com a vida em todas as suas manifestações.

A agrofloresta é um exemplo dessa sabedoria ancestral que vem sendo recuperada e enriquecida por saberes contemporâneos. A *sintrópica* entre produzir e regenerar, conceito em expansão, mostra-se como uma das formas mais promissoras de resiliência socioambiental. Nesse contexto, Ana Maria Primavesi, agrônoma austríaca radicada no Brasil, foi pioneira ao introduzir o conceito de *solo vivo* e propor uma agricultura ecológica adaptada aos trópicos. Sua obra, especialmente o livro *Manejo Ecológico do Solo* (2021) lançado na década de 1970, influenciou profundamente a legislação brasileira sobre a agricultura orgânica e fundamentou a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) em 2012.

Para Primavesi (2021), o manejo do solo em sintonia com a natureza depende da sabedoria popular e da experiência local, o que reforça a dimensão cultural, estética e afetiva da agroecologia. Sua capacidade de comunicação com diferentes públicos também foi marcante. Em *A Convenção dos Ventos: Agroecologia em Contos* (2016), Primavesi funde conhecimento científico e saber ancestral em narrativas pedagógicas

e poéticas. Em sua obra póstuma *Cartilha da Terra* (2024), a autora reafirma a terra como organismo vivo e critica a visão predatória instituída pela interpretação distorcida do mandato bíblico de dominar a natureza.

Antes mesmo da consolidação da agroecologia, ideias semelhantes surgiram no século XX com Basil Bensin em 1928, Rudolf Steiner em 1924 e Mokiti Okada em 1935, os quais propuseram sistemas de agricultura ligados à espiritualidade e à filosofia (Guhur; Da Silva, 2021). Assim como o fez Rachel Carson em *Primavera Silenciosa*, Primavesi também buscou denunciar os impactos ambientais e sociais da agricultura moderna, marcada pela dependência de insumos químicos e pela lógica do agronegócio. A partir da década de 1980, autores como Miguel Altieri e Stephen Gliessman consolidaram a agroecologia como campo de conhecimento científico baseado nas práticas tradicionais camponesas com forte influência latino-americana. No Brasil, destacam-se também nomes como Artur Primavesi, José Lutzenberger, Adilson Paschoal, Sebastião Pinheiro e Luiz Carlos Pinheiro Machado (Guhur; Da Silva, 2021).

A partir da década de 1970, a permacultura concebida por Bill Mollison e David Holmgren (1981) ganhou destaque como proposta integradora de conhecimento ancestral e planejamento territorial ecológico. Influenciada pelos saberes dos povos aborígenes australianos, a permacultura propõe um modelo de vida baseado em três éticas fundamentais: cuidar da Terra, cuidar das pessoas e partilhar excedentes. A partir dos anos 1980 no Brasil, a permacultura foi difundida por nomes como Ali Sharif, ganhando espaço em diferentes biomas e contextos.

No campo do planejamento da paisagem, David Holmgren faz referência à obra seminal *Design with Nature* de Ian McHarg (1995), precursor do urbanismo ecológico. Na ecologia política, Arturo Escobar (2016) também destaca a importância da agroecologia como elo de ligação entre a agricultura camponesa e o *design* ecológico, especialmente na América Latina. A partir da observação da natureza, como os padrões dendríticos das bacias hidrográficas ou das redes radiculares das árvores, a permacultura propõe um planejamento territorial que favorece a eficiência ecológica e a justiça social (Holmgren, 2013; Fagundes; Costa, 2021). Além da dimensão biofísica, o desenho da paisagem na permacultura deve considerar a história local, os ciclos naturais e as relações sociais, com vistas à emancipação dos sujeitos e à reconfiguração simbólica dos territórios urbanos e rurais (Mollison; Slay, 1998).

Segundo Acosta (2016), no contexto latinoamericano, a questão do *Bem-Viver* também é política e envolve muito mais a restauração dos vínculos comunitários e deles com a natureza do que as perspectivas técnicas de mudança e equilíbrio. Conforme autor, devemos restaurar a partir dos Direitos Humanos e dos Direitos da Natureza e essa relação tem sido fortalecida por movimentos sociais como o MST e a Via Campesina, os quais tem difundido os princípios da permacultura e da agroecologia em seus territórios (Caldart, 2021).

Conforme Ferreira Neto (2017), essa ecologia não oficial, das que se referem às práticas do *Bem-Viver*, como traz a agroecologia como um todo, se trata da própria perspectiva crítica e integrada que buscamos alcançar por meio das ferramentas tecnológicas, mas que já está posta há muitas gerações nas práticas ancestrais. Apesar de vistas como rudimentares, o *Bem-Viver* já abraça um ecologismo de base orgânica, ética, ambiental e política que serve a todos.

Portanto, ao revisitar brevemente a história da agricultura urbana e da agroecologia, este trabalho propõe uma leitura integrada entre saberes ancestrais e futuros desejáveis para a cidade. Ao reconhecer o papel das epistemologias plurais na construção de paisagens urbanas mais justas, resilientes e interdependentes, defende-se a



Figura 3 - Programa Hortas Comunitárias de Maringá (PR). Fonte: Prefeitura de Maringá, 2019.

agroecologia como uma forma de vida que pode inspirar novos paradigmas de habitar, conviver e cuidar do planeta.

Perspectivas contemporâneas de agroecologia urbana no Brasil

A agroecologia, conforme definido pela Declaração do Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), representa mais do que uma técnica de produção: constitui um modo de vida que busca preservar a biodiversidade, os ecossistemas e os patrimônios genéticos, produzir alimentos saudáveis, livres de transgênicos e agrotóxicos, valorizando os saberes e culturas dos povos do campo em defesa intransigente da vida (MST, 2012).

Tais princípios extrapolam os limites rurais e se materializam também no contexto urbano. No Brasil, práticas agroecológicas já se fazem presentes de modo ancestral e contínuo, sobretudo nos quintais e nas franjas das cidades, configurando uma agricultura invisibilizada e, muitas vezes, deslegitimada pelo discurso tecnocrático. Nas últimas décadas, contudo, o fortalecimento das hortas urbanas e comunitárias - muitas delas articuladas por movimentos sociais e organizações - reposicionou a agroecologia urbana como pauta estratégica para o enfrentamento da insegurança alimentar e da degradação ambiental (Guhur; Da Silva, 2021; Pires; Veríssimo; Soares, 2021).

O avanço do modelo agroalimentar globalizado, a expansão da monocultura no campo e o crescente êxodo rural contribuíram para a emergência da agricultura urbana como alternativa sustentável de abastecimento e promoção de saúde (Ribeiro; Bógus; Watanabe, 2015; Ferreira; Castilho, 2007). Nesse cenário, a agroecologia urbana não recupera apenas práticas tradicionais, mas ressignifica a relação entre território, alimentação e cidadania.

As hortas urbanas, nesse sentido, têm sido reconhecidas como instrumentos de uso sustentável do solo e espaços simbólicos de regeneração. De acordo com a psicologia ambiental, os sujeitos que experienciam esses territórios revelam sentimentos de restauração, pertencimento e bem-estar que extrapolam os benefícios físicos e nutricionais da produção (Chierrito-Arruda et al., 2024). Esses espaços tornam-se também ambientes de educação ambiental, empoderamento coletivo e construção de uma contracultura que desafia o modelo de consumo e de urbanização dominante.

Um exemplo relevante dessa articulação entre agroecologia e política pública é o Programa Hortas Comunitárias implementado em Maringá (PR) nos anos 2000, cuja estratégia consistiu na conversão de terrenos baldios, marcados pelo acúmulo de resíduos, em áreas produtivas e sustentáveis (Figura 3). Essa política intersetorial se revelou instrumento eficaz de justiça ambiental ao integrar alimentação saudável, bem-estar, inclusão social e geração de renda (Chierrito-Arruda et al., 2024). O estudo mostra ainda que 97,5% dos participantes do programa já haviam vivido no campo, o que reforça a importância de uma memória agrícola pulsante na paisagem urbana.

Outro exemplo é o Programa Ligue os Pontos da cidade de São Paulo criado em 2016. A iniciativa tem como objetivo fortalecer a agricultura agroecológica e o escoamento da produção na região sul do município, articulando políticas de abastecimento alimentar, turismo sustentável, proteção de territórios indígenas e mapeamento participativo (Nakamura; Marcos, 2021). O programa ganhou destaque nacional e internacional como proposta inovadora para a reconfiguração de áreas urbanas e periurbanas (Figura 4).

Dessa forma, as práticas agroecológicas urbanas se afirmam como estratégia técnica e política para enfrentar os paradigmas hegemônicos de produção e consumo. Rompem com a lógica produtivista, resgatando outras temporalidades e formas de

Figura 4 - Mercado Cantinho da Serra, Programa Ligue os Pontos. Fonte: Prefeitura de São Paulo, 2020.

existência sustentadas pela cooperação, autonomia e reciprocidade (Chierrito-Arruda et al., 2024). Esse movimento tem também alimentado o fenômeno dos chamados *neo-rurais*, sujeitos urbanos que migram para o campo na tentativa de reorganizar a vida em torno dos ciclos naturais em um projeto de vida conectado com os princípios da agroecologia e da permacultura (Sepúlveda et al., 2022; Steiner, 2010).

Nesse sentido, a agroecologia urbana, para além de uma prática agrícola, torna-se um campo de disputa política, ética e simbólica sobre o futuro das cidades brasileiras. Sua força reside na capacidade de reencantar o urbano, reatando os vínculos entre corpo, território, alimentação e cuidado — em oposição à lógica fragmentária e acelerada das metrópoles. Trata-se, assim, de semear rupturas para colher possibilidades.

Criar pontes entre os saberes: a agroecologia como legado ancestral para paisagens urbanas em crise

Diante deste momento atual de crise climática, a antropóloga Anna Tsing (2022) fala da crença de que nos impuseram acreditar em uma ideia de sobrevivência individual, como se devêssemos nos defender uns dos outros para conquistar o sucesso. Para o planejamento urbano contemporâneo, segundo essa perspectiva, perde-se a capacidade de compreender a singularidade dos territórios, destruindo todas as formas de vida tradicionais que são intrinsecamente ligadas ao ambiente.

Krenak (2022) ecoa a essa crítica, sugerindo que o retorno ao saber ancestral é uma forma de resistir à devastação da terra e dos modos de vida que dependem dela, pois o autor nos lembra que essa crise é também uma crise espiritual e civilizatória. Para ele, a paisagem não é apenas um recurso, mas um ser vivo com o qual devemos nos relacionar de maneira respeitosa e equilibrada. Ainda de acordo com o autor, dizer que *o futuro é ancestral* exige uma ruptura com as práticas de planejamento baseadas na exploração e no controle capitalista da natureza e dos povos.

Segundo Tsing (2022), uma das saídas a este modelo é cultivar novas formas de viver para além daquela que o sistema capitalista impõe em relação com a outra ideia de sucesso, ou seja, a partir da colaboração, como o fazem outras espécies vivas do planeta. Nesse mesmo contexto, segundo Donna Haraway (2023), as colaborações multi espécies entre formas de vida humanas e não humanas são necessárias para criar um bem viver e morrer na atual situação de degradação predatória do mundo.

Todas essas referências da contemporaneidade sobre uma busca pela reconexão com a sabedoria que os povos tradicionais estabeleceram com a natureza têm reverberado fortemente no século XXI no modo como se planeja a cidade. Mas como criar as pontes para que esses conhecimentos confluem em uma ecologia de saberes? Ou ainda: como criar oportunidades para que a paisagem ancestral reviva em meio ao caos de asfalto e concreto?

Segundo a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA, 2020), algumas das diretrizes para a construção de políticas públicas para a sociobiodiversidade, vem sendo conquistadas e cada vez mais reforçadas nas cidades, como: feiras agroecológicas; espaços de economia solidária; inclusão de alimentos da agricultura familiar na merenda escolar; consolidação de assentamentos urbanos e rurais agroecológicos; criação de viveiros de mudas nativas e medicinais; uso de medicinais indígenas em práticas integrativas no SUS; ações comunitárias de compostagem de resíduos orgânicos; efetivação de política municipal de recomposição de nascentes e matas ciliares com sistemas agroflorestais; e entre muitas outras ações.

Com o objetivo de endereçar e valorizar a prática de diferentes possibilidades para as políticas públicas agroecológicas, a Tabela 1 agrupa algumas das principais oportunidades que a cidade oferece como variabilidade espacial para um planejamento da paisagem que se relaciona diretamente com as contribuições dos saberes ancestrais.

Agroecologia urbana	Oportunidades espaciais na cidade contemporânea	Contribuições ancestrais agroecológicas
Hortas, pomares e jardins medicinais comunitários	Hortas e pomares agroflorestais comunitários em praças, parques, escolas e demais áreas públicas como incentivo à produção de alimentos orgânicos e de uso medicinal. A prática também busca incentivar o trabalho coletivo para a construção de ambientes saudáveis e terapêuticos na cidade. Esse cultivo também pode ser feito em vasos quando o espaço é menor (apartamentos).	Cultivo conjunto de espécies nativas de árvores frutíferas; de legumes, verduras e cereais produzidos pelos povos tradicionais com alto valor nutritivo, como batata, mandioca, milho, etc.; de plantas medicinais para infusões, temperos, etc; e de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs), para usos culinários e curativos.
Viveiros florestais para a arborização urbana	Viveiros-escola de árvores para a cidade localizado em praças, parques, escolas e demais áreas públicas como prática de educação ambiental e cultural.	Cultivo de espécies nativas, a fim de fomentar o conhecimento da biodiversidade de fauna e flora do Bioma original em que se insere a região.
Sistemas agroflorestais urbanos	Lotes urbanos ou periurbanos como bosques e áreas para agricultura agroflorestal ou sintrópica, isto é, plantio diverso e equilibrado de alimentos em meio à árvores, conforme a interação química, física e energética natural que há entre as plantas.	Cultivo de espécies nativas e sementes crioulas, assim como de replicação dos modos e técnicas tradicionais de plantios associados entre espécies diversificadas e adaptadas ao clima local.
Restauração de nascentes e margens de rios	Recuperação da vegetação ciliar no entorno de nascentes e ao longo de rios urbanos, conforme legislação federal (mínimo de 50m para nascentes e de 30m para cursos d'água lineares, segundo o Código Florestal de 2012).	A recuperação das áreas de floresta permite que os ecossistemas se regenerem, recuperando o solo, os <i>habitats</i> e aumentando o nível do lençol freático, o que ameniza a falta de água nos rios nos períodos de estiagem. O reflorestamento é uma estratégia de manejo ancestral praticada por todos os animais ao dispersarem naturalmente as sementes.
Infraestrutura Verde (IV)	Implantação de redes multifuncionais e multiescalares de espaços verdes para proteção da natureza, drenagem urbana e recreação, como: parques lineares ao longo de rios, matas e campos alagados; parques em lagoas de retenção com trilhas ecológicas e áreas de recreação; ou ainda, corredores verdes e bosques para a vida silvestre e mobilidade/ lazer alternativo para as pessoas.	A utilização de corredores verdes de matas ou azuis, de rios e lagos, são naturalmente rotas guiadas de deslocamento da vida silvestre e de humanos ao longo da história. Transitar de modo recreativo e prazeroso por esses corredores ecológicos representa uma das funções dessas áreas para a cidade, pois elas são responsáveis por abrigar e alimentar espécies da fauna e flora e por drenar boa parte da água que cai nos pontos mais altos da cidade. Os fundos de vale são importantes corredores ecológicos e cênicos da paisagem que nos conectam à orientação geográfica ancestral; à oferta de alimento nativo nas suas matas-galerias e rios; e à contemplação visual e imersão sonora à natureza.

Tabela 1 - Possibilidades espaciais para a agroecologia urbana. Fonte: dos autores, 2025.

Soluções baseadas na Natureza (SbNs)	Ações de biofilia urbana com implantação de áreas vegetadas permeáveis em consórcio com a segurança hídrica, alimentar e climática, como: telhados e fachadas verdes, jardins de chuva, biovaletas, lagoas pluviais de retenção, entre outros exemplos.	Essas ações copiadas da natureza são reflexo da resposta natural e ancestral do planeta de adaptação do meio à eventos climáticos cotidianos ou extremos, como chuvas intensas ou o agravamento delas, com inundações e deslizamento de solo. Filtrar e reter a água de forma lenta, de modo que ela permaneça por mais tempo no solo, irrigando-o, é o que essas soluções ancestrais propõem. A vegetação associada a essa vegetação também pode embelezar ou produzir comida.
Valorização da paisagem geológica	Exposição de monumentos naturais como afloramentos rochosos, ravinhas e erosões com o intuito de valorizar as temporalidades da paisagem e seu solo, marcadas pela ação humana ou não.	A exposição das marcas geológicas do tempo são importantes símbolos da estratigrafia do solo e portanto, da construção da história de suas camadas de formação ao longo da evolução ancestral da Terra.
Valorização da fauna urbana	Recuperação de florestas urbanas para abrigo de milhares de animais, principalmente a avifauna, com o objetivo de diminuir o impacto da poluição sonora de ruídos de veículos e outros motores.	O aumento da avifauna é responsável pela vibração de sons que relaxam e conectam os seres humanos à sua natureza ancestral, assim como a observação de pássaros desperta a atenção plena nas pessoas. Na cidade, o papel das florestas também é de contemplação e beleza para os olhos e o espírito, além de regulação dos microclimas locais.
Valorização dos jardins naturalistas nos espaços públicos	Paisagismo naturalista multifuncional em jardins, avenidas, praças e parques públicos, buscando valorizar o uso de espécies ornamentais nativas, representativas e adaptadas à rusticidade daquele bioma. Esse gesto busca desfazer a visão cultural de apenas valorizar as espécies exóticas (que inclusive muitas vezes são invasoras) para uso ornamental no paisagismo.	Escolha de uso de plantas autóctones, isto é, plantas nativas do lugar ao mesmo tempo que com grande valor ecológico e estético, como os grupos e maciços de: capins nos biomas savânicos; as bromélias e outras epífitas nas áreas de floresta tropical sombreadas; e as cactáceas nas regiões áridas. Além da beleza, muitas dessas plantas são medicinais e utilizadas para construções, como os capins e bambus.

Quando sobrepostas, as oportunidades espaciais dispostas na Tabela 1 representam os múltiplos benefícios que agroecologia urbana oferece, os quais destacam-se: a reconexão com o ciclo dos alimentos; os diversos serviços ecossistêmicos essenciais; a recriação da noção da unidade cidade-campo; a vivência da sustentabilidade na prática; a inclusão social e senso de coletividade fortalecidos; a melhoria na saúde mental; e também, a geração de renda (Cardim, 2022).

Considerações finais

Ao ampliar o escopo de abordagem da agroecologia, associando-a aos espaços urbanos ao mesmo tempo que com o olhar atento às contribuições dos saberes dos povos tradicionais, este trabalho busca evidenciar o fato de que a paisagem agroecológica se funde à uma paisagem ancestral. Além disso, entende-se que o cultivo de agricultura e agroflorestas nas cidades afeta coletivamente tanto as pessoas que usufruem desses espaços ou participam do seu manejo, quanto os elementos naturais da paisagem envolvidos nesse processos, como a recuperação dos solos, o reequilíbrio do ciclo hidrológico das águas urbanas e a retomada de abrigo para a fauna, principalmente a avifauna, tão importante para as paisagens sonoras das cidades.

Assim como esse novo modo de pensar e planejar as cidades é importante para a consolidação de políticas públicas que sejam agro-socio-biodiversas, o impacto de uma paisagem sustentável para a educação cidadã é ainda maior. Todas essas relações construídas entre agroecologia e sustentabilidade visam a educação ambiental e cultural, principalmente de crianças e adolescentes, os quais atualmente sofrem com a falta de natureza urbana por estarem confinadas em espaços com pouco verde.

Desse modo, além do planejamento paisagístico e da educação ambiental, o ensino em Arquitetura e Urbanismo atrelado ao debate da agroecologia, da ancestralidade e do direito à uma paisagem mais justa e sadia, também visa estimular a inclusão da própria ecologia de saberes, na qual o respeito à complexidade e a diversidade do território são parâmetros para a coexistência entre dados científicos e saberes populares.

Nesse sentido, o gesto de andarilhar pela cidade imaginando outros mundos possíveis, como as cidades de Calvino (1990) e as visões de Spirn (1995), também nos ensinam a desejar espaços públicos mais sociobiodiversos. Logo, se *o futuro é ancestral*, como nos revela Krenak (2022), a agroecologia se mostra como uma forma viável de nos conectar com a ancestralidade da paisagem ao propor estratégias espaciais de retomada de uma relação mais próxima entre natureza, humanidade e cidades.

Agradecimentos

Este trabalho foi realizado com o apoio financeiro e incentivo à pesquisa científica de Doutorado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e de Mestrado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Referências

ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

AD EDITORIAL TEAM. As Cidades Invisíveis de Italo Calvino ilustradas por Karina Puente [Italo Calvino's 'Invisible Cities', Illustrated 2020. *ArchDaily Brasil*. Acesso em: 6 dez. 2025. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/805800/as-cidades-invisiveis-de-italo-calvino-ilustradas-por-karina-puente>>. Acesso em: 05 dez. 2025.

ANA. Articulação Nacional de Agroecologia. *Carta-compromisso “Por Políticas de Futuro”. Propostas de políticas de apoio à agricultura familiar e à agroecologia e de promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional em nosso município*. 2020. Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/2020/10/01/agroecologia-nas-eleicoes/>>. Acesso em 04 mai. 2025.

BANIWA, Denilson. *O antropólogo moderno já nasceu antigo*. Behance, 2019. Disponível em: <<https://www.behance.net/gallery/102705359/O-antropologo-moderno-ja-nasceu-antigo>>. Acesso em: 02 dez. 2025.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras: 1990.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo e Agroecologia. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al. *Dicionário de agroecologia e educação*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

CARDIM, Ricardo. *Paisagismo sustentável para o Brasil: integrando natureza e humanidade no século XXI*. São Paulo: Olhares, 2022.

CHIERRITO-ARRUDA, Eduardo et al. Afetividade pessoa-ambiente nas hortas comunitárias: promoção da saúde e da sustentabilidade. *Saúde debate*, v. 48, n. 141, p. 1-15, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/2358-289820241418732P>

ESCOBAR, Arturo. *Autonomía y diseño: La realización de lo comunal*. Popayán: Universidad del Cauca. Sello Editorial, 2016.

FAGUNDES, Leandro Feijó; COSTA, Fernando Campos. Permacultura. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al. *Dicionário de agroecologia e educação*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

FERREIRA, Joelson. Das escolas fechadas às escolas biomas. In: FIRMEZA, Yuri et al. (orgs.). *Composto-escola: comunidades de sabenças vivas*. São Paulo: N-1 Edições, 2022.

FERREIRA, Joelson; FELÍCIO, Erahsto. *Por Terra e Território: caminhos da revolução dos povos no Brasil*. Teia dos Povos: 2021.

FERREIRA, Rubio José; CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Agricultura urbana: discutindo algumas das suas engrenagens para debater o tema sob a ótica da análise espacial. *Revista de Geografia*, v. 24, n. 2, p. 6-23, 2007. Disponível em: < <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228693>>. Acesso em: 06 mai. 2025.

FERREIRA NETO, Djalma Neri. *Caminhos e perspectivas para a popularização da permacultura no Brasil*. 2017. 368 p. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2017.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. São Paulo: L&PM, 2010.

GUHUR, Dominique; DA SILVA, Nívia Regina. Agroecologia. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al. *Dicionário de agroecologia e educação*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

HAEG, Fritz. Jardins comestíveis. *PISEAGRAMA*, n. 6, p. 30-37, abr. 2013.

HARAWAY, Donna J. *Ficar com o problema: Fazer parentes no Chthluceno*. Tradução de Ana Luiza Braga. São Paulo: n-1 edições, 2023.

HOLMGREN, David. *Permacultura: princípios e caminhos além da sustentabilidade*. Tradução de Luzia Araújo. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MCHARG, Ian. *Design with Nature*. New Jersey: Wiley, 1995.

MOASSAB, Andréia; NAME, Leo. *Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo*. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020.

MOLLISON, Bill; HOLMGREN, David. *Permacultura Um. Uma agricultura permanente nas comunidades em geral*. Tradução de André Luis Jaeger Soares. São Paulo: Editora Ground Ltda, 1981.

MOLLISON, Bill; HOLMGREN, David; SLAY, Reny Mia. *Introdução à Permacultura*. Brasília: MA/SDR/PNFC, 1998.

MST. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. *Declaração do Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas*. 2012. Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/2012/08/22/declaracao-do-encontro-nacional-unitario-dos-trabalhadores-e-trabalhadoras-e-povos-do-campo-das-aguas-e-das-florestas/>>. Acesso em: 06 mai. 2025.

NAKAMURA, Angélica Campos; MARCOS, Valéria de. Agricultura urbana e agroecologia no território do extremo sul do município de São Paulo. *Estudos Avançados*, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35101.014>

PIRES, Fernando Carneiro; VERÍSSIMO, Céline; SOARES, Raimundo Christian Oliveira. Permacultura, ecologia política e rede de vilas rurais: percursos e experimentos em planejamento territorial. *Projectare - Revista de Arquitetura e Urbanismo*, edição especial – Dossiê “Territórios interioranos e modos de morar: gênero, mulheres e cidades”, v. 1, n. 11, p. 143-162, 2021. DOI: <https://doi.org/10.15210/pjr-rau.v1i11.21509>

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. *O Projeto Hortas Comunitárias no Município de Maringá*. Maringá, 2019. Disponível em: <<https://www3.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/784984bfc813.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2025.

PRIMAVESI, Ana Maria. *Cartilha da Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

PRIMAVESI, Ana Maria. *O manejo ecológico dos solos: a agricultura em regiões tropicais*. Cotia, SP: Brasil Franchising, 2021.

PRIMAVESI, Ana Maria. *A convenção dos ventos. Agroecologia em contos*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, p. 117-142. Disponível em: <<https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ciC3AAncias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2025.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria de Relações Internacionais. *Serviços*. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://prefeitura.sp.gov.br/web/relacoes_internacionais/w/servicos/339907>. Acesso em: 02 dez. 2025.

RIBEIRO, Silvana Maria; BÓGUS, Cláudia Maria; WATANABE, Helena Akemi Wada. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde, *Saúde e Sociedade*, v.24, n.2, p.730-743, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015000200026>

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos: modos e significados*. São Paulo: N-1 Edições, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SAQUET, Marco Aurélio. *Territorialidades e Lutas por Reconhecimento*. Curitiba: CRV, 2019.

SEPÚLVEDA, Ximena Soledad Moreno et al. Chácara Bindu, uma experiência de agroecologia, conservação produtiva, educação e saúde. *Saúde debate*, v. 46, n. especial 2, p. 518-526, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E234>

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 79, p. 71–94, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *O fim do império cognitivo: a afirmação das Epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SPIRN, Anne Whiston. *O Jardim de Granito: A Natureza no Desenho da Cidade*. Tradução de Paulo Renato Mesquita Pellegrino. São Paulo: Edusp, 1995.

STEINER, Rudolf. *Fundamentos da Agricultura Biodinâmica: vida nova para a terra*. Tradução de G. Bannwart. São Paulo: Antroposófica, 2010.

TSING, Anna L. *O cogumelo no fim do mundo: Sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo*. Tradução de Jorge Menna Barreto e Yudi Rafael. São Paulo: n-1 edições, 2022.